

## *Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise*

*Conditions and mechanisms of the activist engagement: an analytical model*

### **Introdução<sup>3</sup>**

Apesar de uma trajetória relativamente longa e consolidada no debate acadêmico internacional, especialmente na França (Sawicki e Siméant, 2011), a pesquisa sobre engajamento militante ou militantismo<sup>4</sup> encontra-se em estágio ainda incipiente nas ciências sociais brasileiras. Mesmo com a presença de pesquisadores e grupos de pesquisa que, em anos recentes, têm avançado em termos de investigação empírica, formulação teórica e constituição de espaços de debate e reflexão em eventos científicos nacionais e internacionais,<sup>5</sup> este ainda é um tema pouco (re)conhecido, que acaba se colocando como um objeto periférico de outros campos

---

1 É professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), integrando o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Coordena o Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE) – <[www.ufrgs.br/gpace](http://www.ufrgs.br/gpace)>. *E-mail*: <[mksilva@ufrgs.br](mailto:mksilva@ufrgs.br)>.

2 É professora do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL), campus Sapucaia do Sul. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, integra o GPACE. *E-mail*: <[bianca.or@gmail.com](mailto:bianca.or@gmail.com)>.

3 Agradecemos aos comentários críticos dos pareceristas anônimos, que contribuíram para a qualificação dos argumentos apresentados neste artigo.

4 O engajamento militante ou militantismo é definido por Sawicki e Siméant (2011, p. 201) “como toda forma de participação duradoura em uma ação coletiva que vise à defesa ou à promoção de uma causa”.

5 Merece destaque, nesse sentido, a atuação de um conjunto de pesquisadores (Eliana Tavares dos Reis, Ernesto Seidl, Igor Gastal Grill e Wilson José Ferreira de Oliveira) formados sob a orientação do professor Odaci Luiz Coradini (Departamento de Ciência Política da UFRGS), que é um dos principais responsáveis pela introdução e pela difusão da pesquisa sobre engajamento militante no país.

temáticos mais consolidados no país, tais como os estudos sobre elites políticas ou movimentos sociais.

Este artigo visa contribuir para a ampliação e a qualificação do campo de pesquisas sobre militância no Brasil, a partir de um foco bem específico e, ao mesmo tempo, desafiador: a proposição de um modelo analítico que possibilite avançar na explicação dos processos de engajamento militante. Nesse sentido, busca-se construir um modelo de análise que responda à crítica de Hedström e Swedberg, quando afirmam que:

aquilo que geralmente se coloca sob a denominação de teoria social deveria, mais propriamente, ser visto como esquemas conceituais ou sensibilizantes e não como efetiva teoria explicativa. Grande parte da moderna teoria social tem a tendência – como a teoria parsoniana de ontem – de rotular, reclassificar e descrever ao invés de explicar (Hedström e Swedberg, 1998, p. 1).

Nessa mesma linha de argumentação, Gould (2003) destaca as implicações de modelos teóricos caracterizados por um conjunto de proposições que descrevem regularidades empíricas de fenômenos sociais, mas que não apresentam proposições explicativas para tais fenômenos:

se nós pensamos a teoria como uma mera concatenação de proposições, em oposição a um sistema interconectado de proposições direcionado para explicação, então nossas teorias irão nos dar relativamente pouca orientação sobre que tipos de novos dados coletar ou como estes novos dados deverão ser integrados ao conhecimento existente para além de jogá-los dentro do saco das proposições correntemente aceitas (Gould, 2003, p. 234).

Tal limitação pode ser percebida hoje na literatura sobre engajamento militante, na qual se observam diversas pesquisas empíricas

que constata a importância de determinados elementos (características, mecanismos, dimensões) na explicação dos processos de engajamento, mas não articulam tais “achados” em um modelo explicativo abrangente. Contribuir para um avanço nesse sentido é o objetivo central deste artigo.

Na medida em que se propõe a oferecer um modelo *explicativo* dos processos de engajamento, torna-se necessário explicitar a compreensão sobre “explicação” que fundamenta a argumentação desenvolvida neste artigo. Seguindo a perspectiva do realismo causal (Archer et al., 1998; Brante, 2001; Manicas, 2006), parte-se do pressuposto de que os processos sociais são produzidos por meio da combinação de ações/atividades realizadas por entidades<sup>6</sup> dotadas de poderes causais, os quais se fundam nas propriedades específicas daquelas entidades e suas relações. Tais entidades e as ações/atividades que elas realizam conformam aquilo que a literatura realista conceitua como *mecanismos causais*. Segundo Machamer, Darden e Craver (2000, p. 3, grifos dos autores), “mecanismos são compostos por *entidades* (com suas propriedades) e *atividades*. As atividades são as produtoras de mudanças. As entidades são as coisas que se dedicam às atividades. As atividades geralmente requerem que as entidades tenham propriedades específicas”.

De acordo com essa perspectiva, explicar um determinado processo social implica a identificação dos mecanismos causais (as entidades e suas atividades) subjacentes a ele, os quais, na sua ação

---

6 Um dos pontos de divergência na literatura refere-se a quais entidades (geralmente, no caso das ciências sociais, denominadas como agentes, atores ou sujeitos) são dotadas de poder causal nos processos sociais. A posição adotada neste artigo é que os processos sociais envolvem diversos tipos/níveis de entidades cujas atividades têm efeitos causais. Além das entidades tradicionalmente abordadas pela literatura – tais como indivíduos, organizações e instituições –, também se reconhece a importância de considerar a ação causal de entidades não humanas ou híbridas nos processos sociais.

articulada, efetivamente produzem o processo sob investigação.<sup>7</sup> Como salientam McAdam, Tarrow e Tilly (2001, p. 12-13):

*processos sociais, na nossa visão, consistem de sequências e combinações de mecanismos causais. Explicar [...] é identificar os mecanismos causais recorrentes, as formas como eles se combinam, as sequências em que eles ocorrem e por que diferentes combinações e sequências, partindo de diferentes condições iniciais, produzem efeitos variados em larga escala (McAdam, Tarrow e Tilly, 2001, p. 12-13, grifos dos autores).*

Assim, apesar de defender a possibilidade de construir análises explicativas nas ciências sociais, a citação anterior indica que a perspectiva adotada neste artigo rejeita a possibilidade de construção de explicações de validade universal, que operassem como “leis gerais” capazes de explicar de forma similar todos os processos da mesma natureza. Uma das riquezas da perspectiva dos mecanismos causais, ao contrário, é salientar que, apesar da possibilidade de identificar mecanismos similares operando em processos da mesma natureza, a forma como estes mecanismos operam e os resultados que produzem dependem de aspectos contextuais e contingenciais definidos pelas condições iniciais, pelas diferentes formas como os mecanismos se articulam e pela operação de outros mecanismos.

Tendo como objetivo construir um modelo explicativo dos processos de engajamento militante em uma perspectiva realista, a argumentação desenvolvida neste artigo busca identificar quais são os mecanismos causais que conformam aqueles processos,

---

7 A perspectiva do realismo causal tem como principal interlocutor no debate epistemológico internacional a perspectiva da análise correlacional de variáveis. Segundo o realismo causal, a identificação do “efeito causal” da(s) variável(is) independente(s) sobre a variável dependente a partir de uma correlação estatística é algo distinto de explicar *como* determinado resultado/fenômeno foi efetivamente produzido. Para o realismo causal, é somente por meio da identificação e da análise dos mecanismos que, na sua articulação, conformam os processos geradores que se pode produzir explicações causais no sentido estrito do termo.

tendo presente as variações empíricas apresentadas pelos mesmos em função das diferenças nas condições iniciais, nos contextos e nas formas como os mecanismos operam e se articulam. Em outras palavras, “nosso objetivo é identificar mecanismos causais cruciais em uma ampla variedade de [processos de engajamento], mas que produzem diferentes resultados agregados dependendo das condições iniciais, combinações e sequências em que eles ocorrem” (McAdam, Tarrow e Tilly, 2001, p. 37).

Para a construção do modelo analítico proposto neste artigo, parte-se de duas fontes. De um lado, os diversos argumentos explicativos sobre os processos de engajamento presentes e, por vezes, concorrentes na literatura. Nesse sentido, a novidade do modelo analítico proposto não se refere tanto à identificação de condições e mecanismos inéditos, mas sim à forma como argumentos previamente existentes na literatura são mobilizados e articulados.<sup>8</sup>

De outro lado, o modelo proposto baseia-se em resultados de pesquisas empíricas (Ruskowski, 2012; Silva e Ruskowski, 2010; 2011) sobre processos de engajamento de jovens em duas organizações sociais na cidade de Porto Alegre: a organização de movimento social *Levante Popular da Juventude* e o projeto de voluntariado *Tribos nas Trilhas da Cidadania*. A análise de processos de engajamento bastante diferenciados, tanto em termos das características e trajetórias dos jovens engajados quanto em termos das ofertas de engajamento propiciadas pelas organizações pesquisadas, forneceu uma base empírica fundamental para construir e testar a adequação e a fertilidade analítica do modelo explicativo em dois sentidos: de um lado, a capacidade de identificar e demonstrar a operação de mecanismos comuns nos processos de engajamento; de outro, a capacidade de explicar as significativas variações individuais dos processos de engajamento. No entanto, em função das limitações de um artigo, esta exemplificação

---

8 Na medida em que o objetivo deste artigo é construir um modelo de análise, não se propõe aqui uma revisão exaustiva da bibliografia. Ao contrário, esta é mobilizada seletivamente no sentido de identificar e extrair argumentos que contribuam para a formulação do modelo analítico.

da utilidade e, especialmente, da sustentabilidade empírica do modelo explicativo, não pode ser incorporada a este texto.

Além desta introdução, este artigo estrutura-se em três seções. A primeira sintetiza as principais perspectivas explicativas sobre engajamento militante identificadas na literatura. A segunda apresenta o modelo analítico proposto para a explicação dos processos de engajamento, dialogando com os argumentos causais apresentados na primeira seção. Por fim, na terceira constam as considerações finais, que retomam os objetivos e os argumentos centrais deste artigo.

### **Condições e mecanismos do processo de engajamento militante**

Conforme a definição apresentada na introdução deste artigo, o engajamento militante é aqui abordado como uma das formas de expressão da participação ou do ativismo sociopolítico. Enquanto participação ou atuação em uma ação coletiva que se sustenta ao longo do tempo e está orientada à defesa de uma causa (Sawicki e Siméant, 2011), o engajamento militante envolve aquilo que Becker (1960, p. 33) denomina de “comportamento consistente” (também conceituado de *commitment*), e tende a se expressar empiricamente na participação continuada em alguma organização social e/ou política. Como destaca Passy (1998), o engajamento individual é a possibilidade de converter uma identificação com as causas e os objetivos de uma determinada organização, que se constrói a partir dos quadros culturais dos atores, em uma ação inscrita em uma duração.

Nesse sentido, o engajamento militante distingue-se, por um lado, da participação em processos político-institucionais, como eleições ou plebiscitos, uma vez que estes não demandam nenhum tipo de envolvimento duradouro em uma ação coletiva. Por outro lado, o engajamento militante também se distingue do ativismo individualizado e pontual, tal como se expressa

contemporaneamente em diferentes formas do chamado “clickativismo”,<sup>9</sup> o qual tende a não envolver a identificação e a inserção organizativa e, no limite, a elas se contrapõe.<sup>10</sup> Ou seja, entre um amplo leque de formas de ativismo ou participação sociopolítica socialmente disponíveis,<sup>11</sup> o engajamento militante configura uma forma específica, e o modelo proposto orienta-se, primordialmente, para analisar esse tipo de ação.

Um dos principais obstáculos epistemológicos ao desenvolvimento do campo de pesquisa sobre engajamento militante no Brasil é o predomínio de perspectivas teóricas que naturalizam o envolvimento em ações coletivas, tomando esse processo como decorrência automática de determinadas posições e/ou condições sociais. Kowarick (2000, p. 125-126), por exemplo, apresenta uma crítica ao “deducionismo das condições objetivas”, que marcou grande parte da literatura dos movimentos sociais urbanos no Brasil dos anos 1970 e 1980 (inclusive a do próprio autor), o qual derivava mecanicamente os processos de mobilização popular das condições de pauperização econômica, espoliação urbana e/ou opressão política. Apesar de uma longa trajetória de críticas a essas perspectivas (Olson, 1999; Melucci, 2001; Sader, 1988), ainda é recorrente no senso comum acadêmico brasileiro o recurso a

9 O “clickativismo” refere-se às diversas formas de ativismo *on-line* que não demandam um envolvimento dos participantes em processos de ação coletiva *off-line*. Entre exemplos de clickativismo destacam-se: a assinatura de petições *on-line*; a contribuição financeira a campanhas de arrecadação de recursos na internet para certas causas; a produção e/ou o compartilhamento de mensagens nas redes sociais da internet em apoio ou oposição a causas específicas etc. Ver Castañeda (2015) e Morozov (2013).

10 Bennett e Segerberg (2012), buscando diferenciar essas novas configurações do ativismo vinculadas à difusão da internet em comparação às formas tradicionais de ação coletiva estudadas pelas literaturas de movimentos sociais e militância, propõem o conceito de “ação conectiva” para analisar as primeiras. A pertinência do modelo analítico aqui proposto, construído para analisar processos de engajamento militante em ações coletivas que conformam uma estrutura organizativa, em casos de ativismo em processos de ação conectiva é um tema altamente relevante, mas que transcende o escopo deste artigo.

11 Para uma importante discussão sobre o alargamento crescente do conceito de participação política ao longo do tempo e as dificuldades analíticas geradas deste alargamento, ver Van Deth (2001).

esse tipo de “explicação” que, em última instância, exime o pesquisador de efetivamente explicar os processos de engajamento.<sup>12</sup>

Confrontando essa naturalização, podemos identificar quatro perspectivas que desenvolveram argumentos para explicar os processos de engajamento: disposicional, identitária, relacional e retributiva. Tais perspectivas não são necessariamente excludentes, encontrando-se, em maior ou menor grau, presentes nos modelos de análise encontrados na literatura. É com base em argumentos originados destas perspectivas que buscou-se identificar as condições e os mecanismos que, na sua ação de articulação, explicariam o engajamento militante nas suas diversas configurações. Na medida em que o objetivo deste artigo é construir um modelo analítico que integre as contribuições destas quatro perspectivas, a argumentação a seguir terá como foco central a identificação das principais contribuições analíticas de cada perspectiva para a construção de tal modelo, evitando uma revisão crítica mais abrangente de cada uma delas (o que seria inviável no âmbito de um artigo).

Primeiramente, a *perspectiva disposicional* enfatiza a importância de atributos/características previamente construídos ao longo das trajetórias de vida dos indivíduos, os quais tenderiam a gerar a propensão de determinados indivíduos ao engajamento e, ao mesmo tempo, explicariam a inexistência desta propensão entre aqueles despossuídos de tais atributos/características. Esta perspectiva tem como referência teórica mais geral as formulações de Pierre Bourdieu sobre o *habitus*, enfatizando a importância das disposições incorporadas ao longo da trajetória pregressa dos

---

12 Em um exemplo recente dessa perspectiva, Braga (2013, p. 57) apresenta a seguinte explicação para a mobilização social no ciclo de protestos no Brasil em 2013: “o ‘precarizado’ brasileiro, ou seja, aquela massa formada por trabalhadores desqualificados e semiquualificados que entram e saem muito rapidamente do mercado de trabalho, por jovens à procura do primeiro emprego, por trabalhadores recém-saídos da informalidade e por trabalhadores sub-remunerados, foi para as ruas em junho manifestar sua insatisfação com os rumos atuais do modelo de desenvolvimento pós-fordista periférico”.

indivíduos na conformação de suas práticas.<sup>13</sup> Nesta perspectiva, por meio do processo de socialização, os indivíduos constituem determinadas disposições (esquemas de percepção e classificação) que estruturam sua interpretação e sua ação em diferentes contextos sociais. Explicar a ação dos indivíduos em um contexto específico, como no caso do engajamento militante, demandaria, então, uma reconstrução de trajetória que possibilitasse identificar a formação das disposições ao engajamento por meio dos processos de socialização (especialmente familiar e escolar).

Um dos argumentos importantes dessa perspectiva sustenta que a ação militante, como qualquer outra forma de ação, não é algo natural, mas antes um arbitrário cultural que demanda condições e disposições específicas desigualmente distribuídas na sociedade. Como salienta Bourdieu (1989, p. 169), ao tratar da ação política, “nada é menos natural do que o modo de pensamento e de ação que é exigido pela participação no campo político: [...] o *habitus* do político supõe uma preparação especial”. Dessa forma, enfatiza-se a importância da posse de determinados recursos, acumulados ao longo da trajetória, como condição para uma forma específica de ação política, que é o engajamento militante.<sup>14</sup>

Desenvolvimentos posteriores das elaborações teóricas sobre disposições problematizaram a visão excessivamente unificada e homogeneizante do conceito de *habitus* bourdiano (Lahire, 2003; 2004b), introduzindo o argumento de que, em sociedades complexas e heterogêneas, os indivíduos encontram-se inseridos em espaços sociais diferenciados que, assim, produzem socializações distintas e, por vezes, divergentes.<sup>15</sup> Dessa forma, as disposições incorporadas não constituiriam um todo harmonioso,

13 Essa abordagem apresenta uma forte presença entre os pesquisadores brasileiros voltados ao tema do engajamento militante, tal como pode ser visto em Oliveira (2010), Reis (2007) e Seidl (2009a; 2009b).

14 Coradini (2006), por exemplo, destaca a importância assumida pela escolarização enquanto recurso passível de ser reconvertido em capital político.

15 Argumento similar, a partir de outra perspectiva teórica, pode ser encontrado nas formulações de Alfred Schutz (1979) sobre a inserção plural dos indivíduos em distintas “províncias de significado” e suas implicações na estruturação da vida cotidiana. Nessa perspectiva, ver também Velho (1994).

mas, ao contrário: seriam caracterizadas por significativa diversidade. Essa seria a base disposicional para a pluralidade empírica encontrada nas formas de interpretação e ação dos indivíduos em distintos contextos sociais e ao longo de suas trajetórias. A incorporação de tal perspectiva nos estudos mais recentes do engajamento militante é exemplificada claramente pelo trabalho de Olivier Fillieule. De acordo com ele,

devido à pluralidade de mundos sociais, os indivíduos são governados por princípios de socialização heterogêneos e, por vezes, contraditórios que eles internalizam. Nós podemos, então, colocar a hipótese de que cada ator incorpora uma multiplicidade de padrões de comportamento e hábitos, organizados como repertórios e contextos sociais relevantes que o ator aprende a distinguir através da totalidade de experiências prévias de socialização (Fillieule, 2010, p. 5).

A partir dessa complexificação do entendimento das disposições, ao contrário do argumento que enfatiza a existência e a ação de um sistema disposicional unificado estruturando as práticas de uma vez por todas, a explicação da ação (e, mais especificamente, do engajamento) demandaria um foco na interação entre um sistema disposicional marcado por uma significativa heterogeneidade e contextos de ação particulares que, em função dos mecanismos nele operantes, atuariam como disparadores ou bloqueadores de disposições específicas.

Além de um tratamento mais complexo da estrutura disposicional dos atores, tal argumento contribui para uma incorporação mais efetiva das condições e dos processos contextuais na atualização de disposições em práticas, ou mesmo na conformação de novas disposições. Por exemplo, em momentos de auge dos ciclos de protestos (Tarrow, 2009), denominados por Aristide Zolberg (1972) de “momentos de loucura”, as condições e os processos contextuais disparadores de disposições ao ativismo estão muito

mais presentes do que em momentos marcados por uma baixa presença de processos contestatórios.<sup>16</sup>

Em segundo lugar, a *perspectiva identitária* constitui-se inicialmente na Europa, como uma das respostas ao *cultural turn* na literatura de movimentos sociais (Johnston e Klandermans, 1995), e em ruptura com as explicações estruturalistas dos movimentos sociais, que os consideravam:

como efeitos de uma situação histórica ou produtos de uma certa conjuntura (refere-se, por exemplo, à crise econômica ou às contradições do sistema), sem levar em conta as motivações, o sentido, os componentes da ação coletiva, como se os modos por meio dos quais esta ação se constitui e se mantém no tempo fossem irrelevantes com relação ao jogo das variáveis “estruturais” (Melucci, 2001, p. 29).

De acordo com essa perspectiva, a (re)produção das ações coletivas (e, assim, do engajamento dos indivíduos nelas) dependeria da construção e da difusão de um sentido de ação compartilhado, conformando o que as teorias dos novos movimentos sociais conceituam como *identidade coletiva*. Nesse sentido, Melucci (1994, p. 165) salienta a importância dos pesquisadores romperem com aquilo que denomina de “miopia do visível”, ou seja, a ênfase quase exclusiva na face visível dos movimentos sociais – as ações públicas –, em detrimento da análise da face subterrânea – formada pela complexa trama de interações cotidianas, nas quais se produzem e compartilham significados, símbolos e interpretações que fundamentam e possibilitam a mobilização dos indivíduos e a construção daquelas ações públicas.

Esse mesmo argumento sobre a centralidade das interações cotidianas nos processos de identificação e, assim, de engajamento

---

16 É importante destacar, no entanto, que a explicação por mecanismos causais fundamenta sua argumentação na ideia de que são os mecanismos, por estarem presentes e operarem ou não, que produzem as diferenças contextuais. Ou seja, não é propriamente o contexto, em si, que produz determinados resultados, mas sim os mecanismos operantes que conformam contextos mais ou menos propícios a produzirem determinados resultados.

em determinadas causas (e nas organizações/movimentos que as promovem) também é destacado por Diani (2003, p. 23), quando salienta que:

as pessoas se engajam em ações coletivas porque elas compartilham certas normas e valores relacionados a áreas específicas de disputa política. Nesta perspectiva, a participação na ação coletiva é um processo de identificação [...]. Uma vez que identidades são criadas e formatadas através de relações sociais, as redes desempenham um papel crucial. Elas constroem e reforçam as identidades dos indivíduos e proporcionam a eles a consciência política que lhes permite aproximar-se ideologicamente de determinada questão política (Diani, 2003, p. 23).

Assim, essa perspectiva dá centralidade ao processo identitário, que envolve:

as ações realizadas pelas pessoas, individual ou coletivamente, para dar significado para si próprios ou para outros, através da produção de uma congruência entre suas diversas identidades possíveis. O processo identitário sustenta o auto-conceito através da produção de congruência entre as diversas identidades possíveis para um determinado indivíduo (Naujorks e Silva, 2010, p. 8).

Esse processo identitário, que fundamentaria o engajamento, depende do envolvimento dos indivíduos em interações nas quais, por meio da negociação de sentido que ocorre nas conversações entre os participantes da interação, (re)produz-se uma congruência entre identidade pessoal e identidade coletiva que sustenta e dá sentido ao agir comum. Na medida em que as oportunidades de acesso àquelas interações são desigualmente distribuídas, as oportunidades de engajamento também o são. Como destaca Melucci (1994, p. 174):

o grau de exposição de um indivíduo a certos recursos (cognitivos e relacionais) influi na possibilidade ou não de entrada deste indivíduo no processo interativo de construção de uma identidade coletiva. Deste grau de exposição dependem as oportunidades individuais de participação, da negociação dessa identidade e, em particular: a) a intensidade e qualidade da participação de um indivíduo, e b) o ponto de início e duração de seu compromisso (Melucci, 1994, p. 174).

A forma como acontece o processo identitário dependeria, entre outros aspectos, do maior ou menor grau de congruência prévia entre as identidades pessoais e a identidade coletiva. Nesse sentido, Snow e McAdam (2000) diferenciam a *convergência identitária* da *construção identitária*. A convergência identitária, de um lado,

implica no envolvimento em ações coletivas por pessoas que já possuem alguma afinidade identitária com o movimento social em questão, ou a absorção por um movimento social de redes já formadas a partir de identidades compartilhadas [...]. Neste caso, as identidades pessoais são congruentes com as identidades dos movimentos (Naujorks e Silva, 2010, p. 8).

De outro lado, a construção identitária produz:

alinhamentos entre as identidades pessoais e coletivas, de tal forma que o engajamento dos indivíduos nos movimentos torna-se consistente em relação ao auto-conceito e aos valores pessoais [...]. Aqui há uma construção deste pertencimento, e não simplesmente a procura ou a captura de pessoas ou grupos onde a perspectiva de pertencimento já estava de alguma forma presente, como sugere a noção de convergência identitária (Naujorks e Silva, 2010, p. 8).

Mesmo que não integre propriamente a perspectiva identitária, a abordagem dos enquadramentos interpretativos, que emerge na década de 1980, tende a apresentar argumentos muito similares para a análise do engajamento dos indivíduos nas organizações sociais. Segundo esta abordagem, que constitui uma apropriação e adaptação da *frame analysis* de Erving Goffman (1986) para o estudo dos movimentos sociais, o processo de engajamento é, em grande medida, determinado pela relação entre as Molduras Interpretativas Individuais (MIIs), que estruturam a forma como os indivíduos apreendem e dão sentido às situações nas quais estão inseridos, e as Molduras Interpretativas da Ação Coletiva (MIACs), que estruturam a forma como as organizações apreendem e dão sentido às situações conflitivas nas quais estão inseridas (Benford, 1997; Benford e Snow, 2000; Snow et al., 1986).

Essa abordagem partiu de uma visão simplista, que identificava no alinhamento prévio entre MIIs e MIACs uma condição para a ressonância das MIACs e, assim, sua eficácia em termos da geração de mobilização e engajamento. Além disso, esta abordagem também partiu de um tratamento unidirecional do processo de alinhamento, tratado fundamentalmente como uma iniciativa dos ativistas dos movimentos, que atuavam estrategicamente frente a potenciais aderentes abordados como passivos (Kane, 1997).

Mesmo passando por diversas reformulações e qualificações nas últimas décadas, a abordagem dos enquadramentos, assim como a perspectiva identitária de uma forma mais geral, mantém seu argumento central de que a construção de um alinhamento entre as molduras que orientam as interpretações e as ações dos indivíduos que constituem ou buscam constituir uma determinada coletividade é um mecanismo central na (re)produção das ações coletivas.

Um último aspecto a ser acrescentado à perspectiva identitária é a recente crítica à sua ênfase excessivamente cognitiva.<sup>17</sup> Como salientam Goodwin, Jasper e Polletta (2001, p. 8-9):

a maior parte das discussões retrata a identidade coletiva como o desenho de uma fronteira cognitiva antes do que o afeto para com membros do grupo e, frequentemente, antipatia para com não-membros. Fortes sentimentos para o grupo fazem a participação prazerosa em si mesma, independentemente dos seus objetivos últimos e resultados. [...] O que é difícil de imaginar é uma identidade que é puramente cognitiva e, ainda assim, firmemente mantida. A “força” de uma identidade, mesmo que uma cognitivamente vaga, vem de seu lado emocional (Goodwin, Jasper e Polletta, 2001, p. 8-9).

Em terceiro lugar, a *perspectiva relacional*, conforme a denominação indica, enfatiza a centralidade das inserções relacionais na estruturação dos atores e das suas ações. No campo de estudos sobre engajamento militante podem ser observadas duas abordagens que convergem na conformação da perspectiva relacional do engajamento. Primeiramente, temos a abordagem interacionista, que tem como referência teórica central o interacionismo simbólico e alcançou grande influência na literatura recente sobre militância na França.<sup>18</sup> Esta abordagem enfatiza a importância dos contextos de interação cotidiana e das negociações de sentido que neles se desenvolvem para a compreensão da atuação dos indivíduos.

17 Segundo Castro (2009, p. 485), “as teorias políticas correntes, ao enfatizarem o cálculo racional de interesses ou a deliberação baseada em critérios racionais, esqueceram que os afetos são uma das mais poderosas forças que movem os sujeitos no campo da política. São eles [...] que concorrem para que os indivíduos busquem e negociem identificações coletivas que fornecem as bases para as ações compartilhadas”.

18 Sawicki e Siméant (2011) chegam a identificar o predomínio de um *paradigma interacionista* na sociologia do militância francesa contemporânea.

Um dos argumentos centrais da abordagem interacionista (Fillieule, 2010) destaca a inserção e o trânsito dos indivíduos entre diversos mundos sociais ou esferas de vida, cada qual marcado por normas, regras e lógicas de ação particulares e, por vezes, conflitantes. Nesse sentido, o engajamento militante, enquanto um mundo social ou esfera de vida específico, dependeria de um equacionamento de eventuais conflitos que tendencialmente colocar-se-iam em relação a outros mundos sociais ou esferas de vida nos quais o indivíduo encontra-se inserido simultaneamente (Passy e Giugni, 2000; Sawicki e Siméant, 2011).

Outro instrumento teórico do interacionismo simbólico apropriado pela sociologia do militantismo é o conceito de *carreira* tal como empregado por Howard Becker (1960). Por meio deste conceito, Becker analisa os mecanismos por intermédio dos quais se constituem padrões de comportamento consistentes, que se mantêm com certa estabilidade ao longo do tempo. A literatura do militantismo irá se apropriar do conceito para analisar o processo de adoção e estabilização de uma linha de ação militante (Sawicki e Siméant, 2011). Por meio do conceito de “carreira militante”, os autores buscam apreender as etapas de acesso e de exercício do engajamento como uma série de mudanças objetivas de posição e uma série de rearranjos subjetivos a elas associados (Fillieule, 2001).

Na medida em que a carreira militante constitui uma esfera de vida que interage com outras esferas (familiar, profissional, amizades, educacional etc.) que conformam a totalidade da existência dos indivíduos, o desafio colocado ao pesquisador para explicar o engajamento militante (sua intensidade, duração, forma, desenvolvimento) é analisar a sequência de eventos dentro de cada uma destas esferas de vida e a influência de cada esfera em todas as outras (Fillieule, 2001, p. 207-208).

A partir dessa ênfase na trajetória trazida pelo conceito de carreira militante, um dos argumentos importantes da perspectiva interacionista é a necessidade de analisar o engajamento frente às características das diferentes fases que constituem o ciclo de vida

dos indivíduos e suas mudanças. Como demonstra a pesquisa de Passy e Giugni (2000), momentos críticos do ciclo de vida (entrada no mercado de trabalho, matrimônio, nascimento de filhos, aposentadoria etc.) podem reestruturar, de forma mais ou menos significativa, a maneira como estavam articuladas as diferentes esferas de vida dos indivíduos, ampliando as oportunidades ou os obstáculos ao engajamento militante. Resultado similar pode ser visto nas pesquisas de Coradini (2010) e Oliveira (2009) sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que demonstram que a passagem do *acampamento* para o *assentamento* é um momento crítico na trajetória dos militantes, uma vez que se coloca uma série de novas demandas (em especial, a necessidade de investimento da atividade produtiva) que tende a restringir a disponibilidade dos indivíduos para o ativismo.

Uma segunda abordagem na conformação da perspectiva relacional do engajamento refere-se às análises que têm abordado o papel das redes sociais (interpessoais e interorganizacionais) nos processos de engajamento. Partindo da constatação empírica de diversas pesquisas (Cunningham, 2007; Diani e McAdam, 2003; Lofland e Stark, 1965; McAdam e Paulsen, 1993; Mische, 1997; 2008; Morris, 2002; Snow, Zurcher Jr. e Eklund-Olson, 1980) de que o contato, a aproximação e o envolvimento dos indivíduos em organizações e movimentos sociais tendem a ocorrer a partir da mediação de pessoas previamente conhecidas (parentes, amigos, colegas de trabalho etc.), desenvolveu-se um conjunto de argumentos voltados a analisar como e por que as redes de relações incidem nos processos de engajamento militante.

A abordagem das redes destaca tanto a importância destas enquanto as estruturas relacionais constituídas a partir dos vínculos entre os atores que as integram/formam, quanto a importância das redes enquanto estruturas de significados (Diani, 2003). É nesse sentido que Mische (1997, p. 139) argumenta que as redes de relações às quais os indivíduos pertencem operam como *círculos de reconhecimento*, nos quais ocorrem os processos de identificação:

cada rede representa um repertório mais ou menos delimitado de reconhecimentos coletivos, que dão sentido e direção aos laços sociais. Redes diferentes – por exemplo, de trabalho, bairro, escola, família – dão visibilidade social às dimensões específicas de experiências que são relevantes naquele círculo, entre a multiplicidade de conexões que poderiam ser feitas. Nesse sentido, não é apenas o atributo ou a posição social que determina a identidade, mas também são as experiências e orientações coletivas dentro de um dado contexto concreto que criam o potencial para formas diferenciadas de reconhecimento (Mische, 1997, p. 139).

O mesmo argumento é desenvolvido por Diani (2000, p. 396), que afirma:

padrões concêntricos de relações sociais delimitam as oportunidades práticas de troca social – na medida em que as pessoas envolvidas estão conectadas predominantemente a *alters* do mesmo meio social. Eles também formatam as identidades e representações sociais das pessoas. Identidades estão enraizadas em “círculos de reconhecimento”, que consistem de relações sociais concretas e círculos virtuais de ideias [...]. A interdependência entre ideias e relações concretas configuram dramaticamente os possíveis cursos de ação: alguns aparecem como óbvios e acessíveis enquanto outros parecem inviáveis, se não inconcebíveis (Diani, 2000, p. 396, grifo do autor).

Enquanto estrutura relacional e de sentido, as redes operariam, de um lado, sobre os aspectos mais estáveis da estruturação da ação, tais como valores e identidades, por meio da sua função socializadora. Como argumenta Passy (2003, p. 23-24),

as orientações culturais dos indivíduos não são um mero reflexo de suas posições sociais; elas se desenvolvem em

uma rede de interações sociais. As redes sociais nas quais os indivíduos interagem carregam significados (por exemplo, símbolos, rituais, narrativas) que constroem e solidificam identidades e formatam as molduras cognitivas dos atores, possibilitando assim que eles interpretem a realidade social e definam um conjunto de ações que os envolvam nesta realidade percebida [...]. Uma vez que os indivíduos tenham sido integrados em redes formais ou informais, eles se encontram em uma estrutura interativa que lhes possibilitam definir e redefinir suas molduras interpretativas, que facilita o processo de construção e fortalecimento de identidade e cria ou solidifica a consciência política em relação a determinada questão de protesto. Favorecendo a identificação com determinadas questões políticas, esta função das redes forma a condição inicial para o estabelecimento do processo de enquadramento que ocorre entre um indivíduo e um movimento social [...]. Em outras palavras, esta função das redes, que eu chamo de *função de socialização*, cria uma disposição inicial para participar (Passy, 2003, p. 23-24).

De outro lado, a literatura também enfatiza a incidência das redes sociais na conformação de aspectos mais voláteis da ação, tais como as percepções e preferências a partir das quais se dá a decisão de participação por parte dos indivíduos (Passy, 2003). Na medida em que as decisões sobre as escolhas dos indivíduos se dão, pelo menos em parte, na interação com outros indivíduos que conformam suas redes de sociabilidade, destaca-se a importância das redes no processo de formação das decisões individuais relativas ao engajamento.

Outra dimensão relevante das redes sociais nos processos de engajamento refere-se àquilo que Passy (2003) denomina de função de conexão estrutural. Conforme referido anteriormente, os estudos sobre engajamento destacam, em geral, a centralidade de vínculos prévios na mediação entre os indivíduos e

determinadas causas/organizações. Em especial, contrariamente aos argumentos de Granovetter (1973) sobre a importância dos *laços fracos*, a literatura (Blee, 1996; Cunningham, 2007; Passy, 2003) enfatiza a importância dos *laços fortes* nesta mediação (especialmente no caso de engajamento de “alto risco”).

Na medida em que as organizações conformam espaços sociais e relacionais específicos, o acesso a eles depende de mediações que possibilitem não apenas o conhecimento sobre a existência deles, mas também que criem as condições (bem como pressões sociais) para a inserção dos indivíduos em tais espaços. Além disso, a construção de vínculos significativos com indivíduos participantes das organizações e a resignificação das relações previamente existentes (especialmente aquelas que tensionam e, no limite, opõem-se ao ativismo) são aspectos fundamentais na efetivação do engajamento militante.

Conforme a argumentação anterior, da mesma forma que a abordagem interacionista, a abordagem das redes sociais salienta que os indivíduos encontram-se inseridos em diversas redes, as quais podem constituir-se como fonte de suporte (e, no limite, indução) ao engajamento ou, ao contrário, como obstáculos (e, no limite, bloqueio) a ele. Nesse sentido, Snow, Zurcher Jr. e Eklund-Olson (1980) argumentam que o engajamento dos indivíduos dependeria daquilo que definem como *disponibilidade estrutural*,<sup>19</sup> ou seja, quanto menos os indivíduos estiverem inseridos em redes alternativas e, especialmente, concorrentes com o engajamento, maior a probabilidade de que se engajem.

Seguindo essa linha de argumentação, McAdam (2003, p. 290) adverte contra o risco de reificação das redes na explicação do engajamento:

---

19 Em momentos de intensificação dos processos de contestação, particularmente no auge dos ciclos de protesto, a disponibilidade estrutural ao engajamento tenderia a se ampliar, na medida em que parcelas crescentes das redes de sociabilidade dos atores passam a ser envolvidas pelos processos conflitivos, colocando o ativismo como um curso de ação possível, necessário e/ou desejável para setores mais amplos da população.

grupos ou redes existentes (assim como laços prévios) são tão aptos a constranger quando facilitar o protesto. Ponto de partida: não são os laços prévios ou estruturas de grupo que possibilitam o protesto, mas antes as conversações interativas que ocorrem aí e têm êxito em criar significados e identidades compartilhados que legitimam a ação coletiva emergente (McAdam, 2003, p. 290).

Essa ênfase no mecanismo da interação comunicativa que acontece no interior das redes de sociabilidade, em vez de um tratamento reificado das redes como produtoras intrínsecas de determinados efeitos sociais, encontra-se também no trabalho de Mische (2003, p. 262), que defende que “nós não deveríamos ver as redes como meros lugares para ou condutoras de formas culturais, mas antes nós deveríamos olhar como estas são geradas nas práticas sociais, isto é, através de dinâmicas de interação comunicativa”.

Por fim, preocupação com as retribuições do engajamento conforma aquilo que se denomina neste artigo de *perspectiva retributiva*. Tal perspectiva tem como ponto de partida a crítica de Olson (1999) às explicações tradicionais da ação coletiva, que viam em tal tipo de ação uma decorrência direta e natural de um compartilhamento de condições, posições e, assim, de interesses entre os indivíduos. Baseado em um modelo teórico do ator racional, que toma decisões a partir da avaliação de sua contribuição individual para o resultado da ação coletiva e, ao mesmo tempo, calcula os custos e os ganhos a serem obtidos com ela, Olson vai dar origem a uma linha de pesquisas que, mesmo não aceitando seu modelo teórico, irá problematizar a ideia corrente do engajamento como *ação desinteressada* (Bourdieu, 1996), guiada unicamente pelo comprometimento ideológico dos indivíduos com determinada causa (Sawicki e Siméant, 2011, p. 209). Conforme salienta Gaxie (2005, p. 160-161),

de um ponto de vista sociológico, a hipótese das retribuições fornece os instrumentos de ruptura com relação às representações espontâneas, frequentemente interessadas e ingênuas, das atividades militantes. Ela dá os meios para compreender e explicar as razões pelas quais o militantismo dentro de uma organização coletiva importa (ou deixa de importar) para alguns ou, para dizer de outra maneira, de analisar os investimentos no militantismo (Gaxie, 2005, p. 160-161).

A preocupação com as retribuições possibilitou, então, recolocar a discussão sobre os interesses do/no engajamento no centro da investigação, rompendo com visões normativas que tendiam a desqualificar o “ato interessado” ou movido pela “razão material”, ao qual contrapunham a ação *verdadeira*, movida pela “razão ideológica” ou “política” (Quirós, 2009).

Conforme salienta a perspectiva das retribuições, estas podem ser tanto materiais quanto simbólicas. Nesse sentido, observa-se que essa literatura rejeita uma visão “economicista”, que reduz as retribuições a ganhos materiais ou financeiros. De fato, tal rejeição já se encontrava na própria obra de Olson (1999, p. 72), para quem os “incentivos econômicos não são, com certeza, os únicos incentivos possíveis. As pessoas algumas vezes sentem-se motivadas também por um desejo de prestígio, respeito, amizade e outros objetivos de fundo social e psicológico”.

Diferentemente de Olson, no entanto, a perspectiva das retribuições na análise dos processos de engajamento rejeita, em geral, uma visão do ator racional, que reflexivamente calcula custos e benefícios e, a partir do resultado desses cálculos, escolhe os cursos de ação a serem seguidos. Ao contrário, essa literatura enfatiza que as retribuições tendem a ser “descobertas” pelos indivíduos na própria ação, sem que tenham sido previamente estabelecidas como resultado esperado dela (Fillieule, 2010).

A perspectiva retributiva também rejeita uma concepção homogeneizante de retribuição e, por decorrência, da existência

de parâmetros universais de avaliação de custos e benefícios da ação que orientassem as escolhas dos indivíduos. Em oposição a esta concepção, destaca-se que as retribuições (o que as constituem? Qual seu valor?) são definidas por características específicas constituídas ao longo das trajetórias dos indivíduos e pelos campos relacionais no qual estes encontram-se inseridos. Aquilo que para alguns assume um valor significativo e recompensa o engajamento, para outros é desvalorizado e não teria nenhum efeito motivador da ação. Tal perspectiva é exemplificada claramente pela seguinte conclusão de Coradini (2010, p. 456):<sup>20</sup>

as razões de agir e as expectativas de retribuição pelo engajamento e militância são completamente variáveis conforme as lógicas de ação que conduzem ao engajamento e os recursos necessários para tanto. O mesmo lote de terra buscado por alguém da “base” pode ser visto como algo menos importante e até desprezível enquanto um fim em si por alguém mais diretamente envolvido com as disputas em torno de “modelos” de organização social ou de estratégias mais eficazes para a “mudança social”. Em síntese, é como se para os agentes mais fortes em termos de capital cultural e político estivessem em pauta principalmente retribuições “simbólicas” ou “políticas”, na condição de que não se entenda isso como menos vinculado a interesses (Coradini, 2010, p. 456).

### **Construindo um modelo explicativo dos processos de engajamento militante**

Para a construção do modelo explicativo, partimos da seguinte proposição de Tilly e Tarrow (2007, p. 27): “explicar qualquer processo social complexo (contestatório ou não) envolve três passos: (1) descrição do processo, (2) decomposição do processo

---

20 Argumento similar também se encontra no artigo de Anjos (2008).

em suas causas básicas, e (3) reunião destas causas em uma explicação mais geral de como o processo acontece”. Nesse sentido, o modelo teórico elaborado visa, a partir do diálogo com as perspectivas apresentadas na seção anterior, decompor as condições e os mecanismos do processo de engajamento e, posteriormente, articulá-las na explicação de como tal processo hipoteticamente acontece.

Esse modelo busca superar (ainda que incorporando alguns de seus argumentos) perspectivas que tendem a naturalizar a passagem da “condição à ação” (Melucci, 2001, p. 100), assumindo a crítica de Lofland e Stark (1965, p. 864), para quem,

infelizmente, tornou-se convencional em sociologia tratar características demográficas, frustrações estruturais ou pessoais e similares como completamente responsáveis por “empurrar” as pessoas para coletividades dedicadas a protestar contra a ordem social dominante. Estes fatores não são sem importância, mas um modelo composto inteiramente deles é lamentavelmente incompleto. O caráter da sua incompletude é expresso por uma paráfrase [...] de T. S. Eliot: “entre o impulso e o ato cai a sombra”.

O modelo proposto reproduz, em certa medida, a divisão de Lofland e Stark (1965, p. 864) entre “condições que predisponem à ação”, que seriam aquelas características construídas ao longo das trajetórias dos indivíduos, previamente ao seu contato com a organização e que, em parte, condicionam as possibilidades de engajamento; e “contingências situacionais”, que são condições e mecanismos que surgem da interação entre os indivíduos e os membros das organizações.

Além disso, esse modelo incorpora os argumentos de McAdam e Paulsen (1993, p. 662), quando estes afirmam que:

a decisão última de participar em um movimento irá depender de quatro condições limitantes: (1) a ocorrência

de uma tentativa de recrutamento específica, (2) uma ligação bem-sucedida entre movimento e identidade, (3) suporte para esta ligação de pessoas que normalmente servem para sustentar a identidade em questão, e (4) a ausência de forte oposição de outros de quem outras identidades salientes dependem (McAdam e Paulsen, 1993, p. 662).

Outro argumento contraintuitivo que é incorporado ao modelo de análise proposto destaca que o comprometimento com a causa não é, de forma geral, uma condição prévia e necessária ao engajamento, sendo, por vezes, algo que se produz por meio da própria participação em uma coletividade e na convivência com os indivíduos que a compõem.<sup>21</sup> Como salientam Snow, Zurcher Jr. e Ekland-Olson (1980, p. 795),

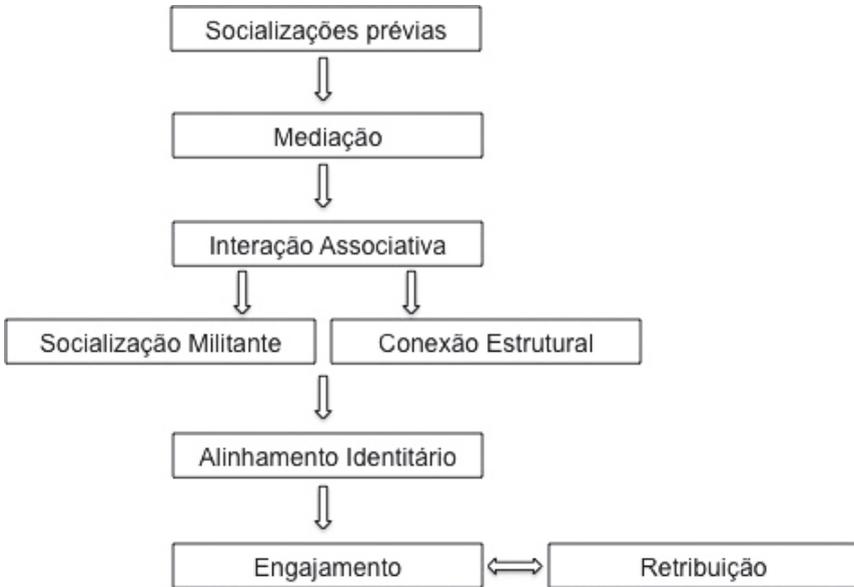
é durante o curso da participação inicial que eles [ativistas] são abastecidos com as “razões” ou “justificações” para o que eles já fizeram e para continuar participando. Como C. Wright Mills enfatizou algum tempo atrás [...], vocabulários de motivos são frequentemente fornecidos “depois do ato” para explicar as “causas subjacentes do ato”, mesmo que eles tenham pouco a dizer sobre como o ato surgiu. Nós poderíamos então argumentar que os “motivos” para unir-se ou para a participação continuada são geralmente emergentes e interacionais ao invés de pré-estruturados. Isto é, eles emergem de um processo de contínua interação com uma organização de movimento e seus agentes de recrutamento (Snow, Zurcher Jr. e Ekland-Olson, 1980, p. 795).

Tendo por base todas essas considerações, propõe-se o modelo analítico dos processos de engajamento militante constante na figura 1.

---

21 Esse argumento é claramente sustentado pelos “achados empíricos” das pesquisas de Blee (1996) e Ruskowski (2012).

Figura 1 – Condições e mecanismos do processo de engajamento



Elaboração própria.

Seguindo a perspectiva disposicional, o modelo proposto parte do argumento de que, por meio das socializações prévias do indivíduo nas diversas redes e esferas de vida pelas quais transita/insere-se ao longo de sua trajetória, constituem-se disposições, recursos, capacidades e inserções relacionais que condicionam as oportunidades de contato e interação com eventuais organizações sociais promotoras de determinadas causas.

Conforme salientado anteriormente, constituem-se, por meio das socializações prévias, as condições que definem o maior ou o menor grau de proximidade e disponibilidade dos indivíduos às oportunidades de engajamento socialmente existentes em um determinado contexto. O fato de que diversas pesquisas tenham encontrado similaridades nas trajetórias de indivíduos que apresentam experiências significativas de engajamento fornece um forte embasamento empírico para os argumentos disposicionais. No entanto, são necessárias qualificações nesses argumentos

no sentido de responder a duas questões que tradicionalmente confrontam a perspectiva disposicional: por que nem todos aqueles que possuem trajetórias similares àquelas de indivíduos engajados apresentam como resultado o engajamento? Como explicar as “razões do improvável” (Lahire, 2004a), ou seja, o engajamento de indivíduos cujas trajetórias são completamente desviantes daqueles padrões identificados pelas pesquisas? Para responder a esses questionamentos, é necessário incorporar ao modelo de análise outros mecanismos para além daqueles enfatizados pela perspectiva disposicional. A presença e a operação destes mecanismos em determinados contextos e sua ausência ou anulação em outros é que criam as condições para a ativação ou o bloqueio das disposições preexistentes ao engajamento, assim como, em certos casos, possibilitam a produção de mudanças na estrutura disposicional com um sentido indutor do ativismo ou a ele contraposto.

O primeiro mecanismo a ser destacado é a mediação, definida por Marsden (1982, p. 202), como processos “pelos quais atores intermediários facilitam transações entre outros atores que carecem de acesso ou confiança entre si”. Nesse sentido, a mediação é compreendida como um mecanismo relacional no sentido de McAdam, Tarrow e Tilly (2001, p. 26), quando estes a definem “como a ligação de dois ou mais locais previamente desconectados através de uma unidade que intermedeia as relações entre eles e/ou ainda com outros locais”<sup>22</sup>

A importância da mediação para a ocorrência do engajamento é destacada por vários autores (Blee, 1996; Brenner, 2011a; 2011b; McAdam e Paulsen, 1993; Ruskowski, 2012; Sawicki e Siméant, 2011; Snow, Zurcher Jr. e Ekland-Olson, 1980). Conforme salienta essa literatura,

é relativamente pouco importante se uma pessoa é predisposta ideologicamente ou psicologicamente a participar

---

22 Para outras análises da mediação nessa perspectiva, ver Gould e Fernandez (1989) e Burt (2005).

quando ela carece da localização estrutural que facilita a participação. Sem fatores estruturais que expõem o indivíduo às oportunidades de participação ou o empurrem para a ação, o indivíduo irá permanecer inativo (McAdam e Paulsen, 1993, p. 643-644).

É esse mecanismo que explica a correlação identificada por Snow, Zurcher Jr. e Ekland-Olson (1980, p. 792):

aqueles indivíduos externos que estão ligados a um ou mais membros do movimento através de redes extra-movimento pré-existentes vão ter uma probabilidade maior de serem contatados e recrutados para um movimento particular do que aqueles indivíduos que estão desconectados das redes extra-movimento dos membros (Snow, Zurcher Jr. e Ekland-Olson, 1980, p. 792).

No caso de indivíduos com vínculos prévios com participantes das organizações, a mediação, então, tende a ocorrer de forma “natural”, uma vez que estes indivíduos já se encontram indiretamente conectados às organizações a partir laços construídos em outras esferas de vida. Além disso, na medida em que estes vínculos possuem uma carga afetiva para os envolvidos, tal afetividade opera como um fator importante para a eficácia da mediação. Como salientam Goodwin, Jasper e Polletta (2001, p. 8), as relações (e as redes que elas formam) são causalmente importantes, entre outros aspectos,

pelos seus laços afetivos. Nós aceitamos um convite de uma amiga para uma manifestação porque nós gostamos dela ou porque nós tememos sua desaprovação se recusarmos o convite e não somente porque nós concordamos com ela. São os vínculos afetivos que ligam e preservam as redes em primeiro lugar, assim como lhes dão muito do seu impacto causal (Goodwin, Jasper e Polletta, 2001, p. 8).

No caso dos indivíduos sem tais vínculos, observa-se a existência daquilo que Burt (2005) conceitua como um “buraco estrutural” entre esses indivíduos e a organização. Para a ocorrência do engajamento, nesses casos, é preciso que este buraco estrutural seja preenchido pela ação de um mediador que insira o indivíduo na rede relacional da organização. Nos casos em que não contam com a confiança e a afetividade de relações prévias, a atuação desses mediadores tende a ser muito menos eficaz em termos da produção de novos engajamentos.<sup>23</sup>

A eficácia da mediação, no sentido de gerar uma participação inicial do indivíduo na organização, depende, de um lado, do estoque de disposições, recursos e capacidades acumulados nas socializações prévias, os quais determinam a maior ou a menor abertura do indivíduo para as ofertas de engajamento. De outro lado, vai depender também da existência de uma disponibilidade estrutural do indivíduo para o atendimento destas ofertas, no sentido da inexistência de outras relações significativas do indivíduo que concorram com a participação organizativa – e, no limite, oponham-se a ela.

Uma vez que a mediação tenha sido eficaz, os indivíduos em processo de engajamento envolvem-se naquilo que aqui se denomina de interação associativa, ou seja, a inserção em atividades que conformam o cotidiano do grupo. São nestas atividades que os participantes do grupo, com diferentes graus de engajamento e de identificação coletiva, desenvolvem uma interação comunicativa, a qual tem efeitos tanto em termos de socialização quanto em termos relacionais (Fillieule, 2010, p. 7). Segundo Lofland e Stark (1965, p. 873), a eficácia socializadora e relacional desta interação comunicativa é, em parte, dependente da sua intensidade e frequência (especialmente no caso daqueles indivíduos cujo estoque disposicional esteja pouco alinhado com o da organização). É por meio do convívio intenso e continuado que

---

23 Esse aspecto é claramente demonstrado pela comparação de Snow, Zurcher Jr. e Eklund-Olson (1980) sobre a significativa diferença, em termos de eficácia, entre recrutamentos feitos a partir de laços prévios e recrutamentos feitos aleatoriamente em espaços públicos.

se constroem os vínculos afetivos e emocionais que a literatura recente sobre movimentos sociais tem enfatizado como sendo tão ou mais significativos que aspectos cognitivos ou ideológicos na determinação do engajamento (Goodwin, Jasper e Polletta, 2001).

Por meio da socialização militante,<sup>24</sup> derivada da interação comunicativa, são ativadas, inibidas e/ou construídas disposições que podem favorecer ou obstaculizar o engajamento. A ocorrência ou não de alinhamentos entre as disposições, as identidades e as molduras interpretativas individuais e aquelas oferecidas pela organização irá determinar, em grande medida, as possibilidades, as formas, as intensidades e as durações do engajamento.

Um aspecto a ser destacado em relação a esses alinhamentos, no entanto, é que eles podem assumir características muito particulares. Ao contrário dos argumentos mais simplificadores encontrados na literatura dos enquadramentos interpretativos, que centralmente abordavam como os indivíduos se modificavam (em maior ou menor grau, a depender das distância prévias entre suas MIIs e a MIAC da organização) nesse processo de alinhamento, estudos mais recentes têm demonstrado que os indivíduos constroem alinhamentos com as organizações não pela identificação passiva com as molduras interpretativas oferecidas por estas, mas por meio da adoção seletiva e, por vezes, ressignificação mais ou menos radical de aspectos destas molduras (Blee, 1996; Ruskowski, 2012).

As relações que vão construindo-se nas interações comunicativas no grupo, por meio das quais se estabelecem (ou não) laços afetivamente significativos entre os participantes, conformam o mecanismo da conexão estrutural. Na medida em que esta conexão afetiva ocorre, produz-se uma importante condição para o engajamento, tal como destacado por Lofland e Stark (1965, p. 871):

---

24 Em sentido similar, Brenner (2011a; 2011b) e Moreno e Almeida (2009) enfatizam a importância da socialização política e/ou militante para o engajamento partidário dos jovens por elas analisados. A adoção do conceito de “socialização militante” neste artigo, no entanto, não implica assumir a ideia de passividade dos indivíduos envolvidos nesse processo, que é identificada e criticada por Castro (2009) e Connell (1987) nos estudos clássicos sobre socialização política dos anos 1960.

para uma total conversão, “um laço afetivo deve se desenvolver, se já não existe, entre o recruta potencial e um ou mais membros da [organização]. O desenvolvimento ou presença de uma resposta positiva, emocional e interpessoal parece necessária para preencher o hiato entre a primeira exposição à mensagem da [organização] e a aceitação da sua verdade. Isto é, as pessoas desenvolveram laços afetivos com o grupo ou alguns de seus membros enquanto eles ainda consideravam a perspectiva da [organização] como problemática ou mesmo estranha (Lofland e Stark, 1965, p. 871).

Assim, a partir da conexão estrutural, as relações entre as pessoas que constituem a organização (ou, ao menos, algumas delas) passam a constituir uma esfera de vida que o indivíduo considera emocionalmente importante para si. Tal conexão adquire uma relevância especial naqueles casos em que os indivíduos possuem outras inserções relacionais que disputam ou se opõem ao engajamento.

O alinhamento identitário, seja por meio da convergência identitária, seja por meio da construção identitária, é um mecanismo necessário à participação continuada do indivíduo nas organizações, possibilitando a conformação de uma carreira militante. É por intermédio do alinhamento identitário que os militantes passam a se identificar enquanto parte de um “nós” particular, cuja ação é orientada por sentidos e/ou molduras interpretativas compartilhados. É preciso, no entanto, evitar uma reificação da identificação coletiva construída a partir do alinhamento identitário. Ao contrário, este é um processo relacional e interativo, cujo resultado é constantemente negociado, avaliado e ressignificado.

Por fim, as retribuições precisam estabelecer uma relação de retroalimentação com o engajamento para que este se mantenha ao longo do tempo: de um lado, o engajamento oferece determinadas retribuições (materiais, simbólicas, afetivas, emocionais) aos indivíduos; e, de outro, tais retribuições recompensam e, assim, reforçam o engajamento militante. É em função das

retribuições, entendidas em sentido amplo, que o engajamento “vale a pena”; ou seja, são justificados, do ponto de vista do indivíduo, os custos, os riscos, os sacrifícios, os investimentos e/ou as renúncias demandados pelo engajamento.

### **Considerações finais**

Este artigo teve como objetivo contribuir para o debate sobre militância no Brasil, apresentando um modelo de análise que permitisse avançar na explicação dos processos de engajamento. A partir da revisão da literatura e de pesquisas empíricas, identificou-se quatro perspectivas existentes para a explicação do engajamento militante (muitas vezes concorrentes entre si): disposicional, identitária, relacional e retributiva. São estas perspectivas que basearam a construção do modelo analítico apresentado.

O modelo parte da análise das socializações prévias que constituem as disposições, os recursos e as capacidades dos indivíduos e que condicionam as oportunidades de contato e interação com as organizações, para, depois, analisar como os mecanismos de mediação, de interação associativa, de socialização militante, de conexão estrutural, de alinhamento identitário e de retribuição do engajamento relacionam-se na conformação dos processos de engajamento. Um aspecto importante a ser destacado é que, na análise de processos empíricos, observou-se que a presença ou a ausência de determinados mecanismos e as formas como estes se articulam apresentam significativa variação. Nesse sentido, os mecanismos aqui propostos não devem ser abordados como uma lista de condições necessárias e/ou suficientes. Ao contrário, em determinados casos, a ausência de determinado mecanismo pode ser compensada pela atuação de outro (por exemplo, vínculos afetivos intensos entre ativistas que compensam um limitado alinhamento com os marcos interpretativos da organização).

Espera-se que os argumentos desenvolvidos neste artigo contribuam para uma ruptura definitiva com perspectivas que naturalizam o engajamento dos indivíduos em organizações e mobilizações sociais, possibilitando, assim, construir um campo

de pesquisas empíricas orientado por modelos de análise capazes de identificar e explicar a diversidade, a dinamicidade e a complexidade constitutivas dos processos de engajamento.

## Referências

- ANJOS, Gabriele. Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições. *Cadernos Pagu*, v. 31, p. 509-534, jul./dez. 2008.
- ARCHER, Margaret et al. (Eds.). *Critical realism: essential readings*. London: Routledge, 1998.
- BECKER, Howard S. Notes on the concept of commitment. *The American Journal of Sociology*, v. 66, n. 1, p. 32-40, jul. 1960.
- BENFORD, Robert D. An insider's critique of the social movement framing perspective. *Sociological Inquiry*, v. 67, n. 4, p. 409-430, Nov. 1997.
- BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. Framing processes and social movements: an overview and assessment. *Annual Review of Sociology*, n. 26, p. 611-639, 2000.
- BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. The logic of connective action. *Information, Communication & Society*, v. 15, n. 5, p. 739-768, 2012.
- BLEE, Kathleen M. Becoming a racist: women in contemporary Ku Klux Klan and Neo-Nazi Groups. *Gender and Society*, v. 10, n. 6, p. 680-702, Dec. 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel/Bertrnad, 1989.
- \_\_\_\_\_. É possível um ato desinteressado? In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Razões práticas*. 9. ed. Campinas: Papirus, 1996.
- BRAGA, Ruy. As jornadas de junho no Brasil: crônica de um mês inesquecível. *OSAL – Observatorio Social de América Latina*, ano XIV, n. 34, p. 51-61, nov. 2013.
- BRANTE, Thomas. Consequências do realismo na construção da teoria sociológica. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Oeiras, n. 36, set. 2001.
- BRENNER, Ana Karina. *Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários*. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2011a.

- \_\_\_\_\_. Tornar-se militante: experiências de 3 jovens engajados em partidos políticos. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 9., Curitiba, 2011. *Anais...* Curitiba: UFPR, 2011b.
- BURT, Ronald Stuart. *Brokerage and closure: an introduction to social capital*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- CASTAÑEDA, Marcelo. Uma fábrica de campanhas com a internet: Avaaz e configurações de um contrapoder. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 17., 2015, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2015.
- CASTRO, Lucia Rabello. Juventude e socialização política: atualizando o debate. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 25, n. 4, p. 479-487, out./dez. 2009.
- CONNELL, Raewyn. Why the “political socialization” paradigm failed and what should replace it. *International Political Science Review/Revue Internationale de Science Politique*, v. 8, n. 3, p. 215-223, jul. 1987.
- CORADINI, Odaci Luiz. Escolarização, militância e posições políticas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 26., 2006, Caxambu. *Anais...* Caxambu: Anpocs, 2006.
- \_\_\_\_\_. Recursos de origem, investimentos e expectativas de retribuição na militância do MST. *Espacio Abierto - Cuaderno Venezolano de Sociología*, v. 19, n. 3, p. 445-473, jul./sept. 2010.
- CUNNINGHAM, David. Paths to participation: a profile of the civil rights-era Ku Klux Klan. *Research in Social Movements, Conflicts and Change*, v. 27, p. 283-308, 2007.
- DIANI, Mario. Simmel to Rokkan and beyond: towards a network theory of (new) social movements. *European Journal of Social Theory*, v. 3, n. 4, p. 387-406, 2000.
- \_\_\_\_\_. Introduction: social movements, contentious actions, and social networks: from metaphor to substance? In: DIANI, Mario; MCADAM, Doug (Eds.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- DIANI, Mario; MCADAM, Doug (Eds.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

- FILLIEULE, Olivier. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. *Revue Française de Science Politique*, v. 51, n. 1-2, p. 199-217, 2001.
- \_\_\_\_\_. Some elements of an interactionist approach to political disengagement. *Social Movement Studies*, v. 9, n. 1, p. 1-15, Jan. 2010.
- GAXIE, Daniel. Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective. *Swiss Political Science Review*, v. 11, n. 1, p. 157-188, 2005.
- GOFFMAN, Erving. *Frame analysis*. Boston: Northeastern University Press, 1986.
- GOODWIN, Jeff; JASPER, James M.; POLLETTA, Francesca. Why emotions matter. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. (Eds.). *Passionate politics: emotions and social movements*. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.
- GOULD, Roger. Why do networks matter? Rationalist and structuralist interpretations. In: DIANI, Mario; MCADAM, Doug (Eds.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- GOULD, Roger; FERNANDEZ, Roberto. Structures of mediation: a formal approach to brokerage in transaction networks. *Sociological Methodology*, v. 19, p. 89-126, 1989.
- GRANOVETTER, Mark S. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.
- HEDSTRÖM, Peter; SWEDBERG, Richard (Eds.). *Social mechanisms: an analytical approach to social theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- JOHNSTON, Hank; KLANDERMANS, Bert. The cultural analysis of social movements. In: \_\_\_\_\_ ; \_\_\_\_\_. (Eds.). *Social movements and culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.
- KANE, Anne E. Theorizing meaning construction in social movements: symbolic structures and interpretation during the Irish Land War, 1879-1882. *Sociological Theory*, v. 15, n. 3, p. 249-276, Nov. 1997.

- KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- LAHIRE, Bernard. *O homem plural: as molas da acção*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Sucesso escolar nas classes populares: as razões do improvável*. São Paulo: Ática, 2004a.
- \_\_\_\_\_. *Retratos sociológicos: disposição e variações individuais*. São Paulo: Artmed Editora, 2004b.
- LOFLAND, John; STARK, Rodney. Becoming a world-saver: a theory of conversion to a deviant perspective. *American Sociological Review*, v. 30, n. 6, p. 862-875, Dec. 1965.
- MACHAMER, Peter; DARDEN, Lindley; CRAVER, Carl. Thinking about mechanisms. *Philosophy of Science*, v. 67, n. 1, p. 1-25, Mar. 2000.
- MANICAS, Peter T. *A realist philosophy of social science: explanation and understanding*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- MARSDEN, Peter. Brokerage behavior in restricted exchange networks. In: MARSDEN, Peter; NAN, Lin (Eds.). *Social structure and network analysis*. Beverly Hills: Sage, 1982.
- MCADAM, Doug. Beyond structural analysis: toward a more dynamic understanding of social movements. In: DIANI, Mario; MCADAM, Doug (Eds.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- MCADAM, Doug; PAULSEN, Ronnelle. Specifying the relationship between social ties and activism. *The American Journal of Sociology*, v. 99, n. 3, p. 640-667, Nov. 1993.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- MELUCCI, Alberto. Asumir un compromiso: identidad y movilización en los movimientos sociales. *Zona Abierta*, Madrid, v. 69, p. 153-180, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5-6, p. 134-150, 1997.

- \_\_\_\_\_. Cross-talk in movements: reconceiving the culture-network link. In: DIANI, Mario; MCADAM, Doug (Eds.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Partisan publics: communication and contention across Brazilian youth activist networks*. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- MORENO, Rosângela Carrilo, ALMEIDA, Ana Maria F. O engajamento político dos jovens no movimento hip-hop. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 40, p. 130-142, jan./abr. 2009.
- MOROZOV, Eugeny. *To save everything, click here*. Philadelphia: Public Affairs Press, 2013.
- MORRIS, Aldon. *Engagement in public activism: to be or not to be*. Paper prepared for Conference on Social Connectedness and Public Activism. Cambridge: Harvard University, 2002.
- NAUJORKS, Carlos José; SILVA, Marcelo Kunrath. Teorias da identidade e movimentos sociais. In: SEMINÁRIO NACIONAL, 3., 2010, Florianópolis; SEMINÁRIO INTERNACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 1., 2010, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2010.
- OLIVEIRA, Valter Lúcio. *A ironia da realidade e os paradoxos da razão política: diversidade, sociabilidade e dinâmicas político-religiosas em espaços de luta pela terra no Rio Grande do Sul*. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- OLIVEIRA, Wilson J. Posição de classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 3, p. 49-77, jan./jun. 2010.
- OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- PASSY, Florence. *L'action altruiste: contraintes et opportunités de l'engagement dans les mouvements sociaux*. Genève: Librairie Droz, 1998.
- \_\_\_\_\_. Social networks matter. But how? In: DIANI, Mario;

- MCADAM, Doug (Eds.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- PASSY, Florence; GIUGNI, Marco. Life-spheres, networks, and sustained participation in social movements: a phenomenological approach to political commitment. *Sociological Forum*, v. 15, n. 1. p. 117-144, 2000.
- QUIRÓS, Julieta. Política e economia na ação coletiva: uma crítica etnográfica às premissas dicotômicas. *Mana*, v. 15, n. 1, p. 127-153, 2009.
- REIS, Eliana Tavares. *Contestação, engajamento e militância: da 'luta contra a Ditadura' à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul*. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. *Do incômodo à ação benéfica e da indignação à ação contestatória: estudo sobre condições e mecanismos de engajamento nas Tribos nas Trilhas da Cidadania e no Levante Popular da Juventude*. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAWICKI, Frédéric; SIMÉANT, Johanna. Inventário da sociologia do engajamento militante: nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. *Sociologias*, v. 13, n. 28, p. 200-255, 2011.
- SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SEIDL, Ernesto. Disposições a militar e a lógica de investimentos militantes. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 2, p. 21-39, maio/ago. 2009a.
- \_\_\_\_\_. Escolarização e recursos culturais na composição de carreiras militantes. *Cadernos Ceru*, série 2, v. 20, n. 1, p. 155-169, jun. 2009b.

- SILVA, Marcelo Kunrath; RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. Levante juventude, juventude é prá lutar: redes inter-pessoais, esferas de vida e identidade na constituição do engajamento militante. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 3, p. 23-48, 2010.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Repertórios de ação e socialização de jovens militantes: etnografia da performance política. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 9., 2011, Curitiba. *Anais...* Curitiba: UFPR, 2011.
- SNOW, David et al. Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. *American Sociological Review*, n. 51, p. 464-481, Aug. 1986.
- SNOW, David; MCADAM, Doug. Identity work processes in the context of social movements: clarifying the identity/movement nexus. In: STRYKER, Sheldon; OWENS, Timothy J.; WHITE, Robert. (Eds.). *Self, identity, and social movements*. Minnesota: University of Minnesota Press, 2000.
- SNOW, David; ZURCHER JR., Louis A.; EKLAND-OLSON, Sheldon. Social networks and social movements: a microstructural approach to differential recruitment. *American Sociological Review*, v. 45, n. 5, p. 787-801, Oct. 1980.
- TARROW, Sidney. *Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TILLY, Charles; TARROW, Sidney. *Contentious politics*. Boulder: Paradigm Publishers, 2007.
- VAN DETH, Jan W. *Studying political participation: towards a theory of everything?* Introductory paper prepared for delivery at the Joint Sessions of Workshops of the European Consortium for Political Research – Workshop “Electronic democracy: mobilisation, organisation and participation via new ICTs”. Grenoble: ECPR, 2001.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- ZOLBERG, Aristide R. Moments of madness. *Politics Society*, v. 2, n. 2, p. 183-207, 1972.

## Resumo

Este artigo visa contribuir para a ampliação e a qualificação do campo de pesquisas sobre militância no Brasil, com a proposição de um modelo analítico que permita avançar na explicação dos processos de engajamento militante. Ou seja, o modelo proposto busca explicar as formas de ativismo sociopolítico que envolvem a atuação continuada ao longo de tempo em defesa de uma determinada causa, as quais tendem a expressar-se empiricamente por meio da identificação e da inserção organizativa. Para realizar esse objetivo, a argumentação desenvolvida funda-se em uma perspectiva realista, a fim de identificar quais são os mecanismos causais que conformam os processos de engajamento. A partir da revisão da literatura e de pesquisas empíricas, identificou-se quatro perspectivas existente para a explicação do engajamento militante: disposicional, identitária, relacional e retributiva. Articulando os argumentos explicativos destas perspectivas, é formulado o modelo causal proposto.

**Palavras-chave:** engajamento militante; mecanismos causais; militância; ativismo; movimentos sociais.

## Abstract

This article aims contributing to the enlargement and qualification of the research field on activism in Brazil by proposing an analytical model that enable advances in the explanation of processes of activist engagement. That is, the proposed model aims to explain forms of socio-political activism that involve an ongoing action over time in defense of some cause, which tend to be empirically expressed by an organizational identification and participation. In order to achieve this goal, the argumentation developed is oriented by a realist perspective, aiming to identify which are the causal mechanisms that constitute the processes of engagement. Based on a bibliography review and empirical researches, four perspectives to explain the activist engagement have been identified: dispositional, identity, relational, and retribution. The proposed model is formulated by articulating arguments from these perspectives.

**Keywords:** activist engagement; causal mechanisms; militancy; activism; social movements.

Recebido em 10 de novembro de 2015.

Aprovado em 11 de julho de 2016.